

**TRANSPORTE DE MADEIRA COM DIVERGÊNCIA QUANTITATIVA.  
LIBERAÇÃO PARCIAL DE CARGA APREENDIDA. IMPOSSIBILIDADE.**

**ESTRUTURA PADRÃO – Resumo dos fatos...**

Após, os autos foram remetidos a esta **Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística** para apresentação do parecer. É o que merecia registro. Passa-se a analisar de forma objetiva e fundamentada as teses apresentadas no recurso.

**MANDADO DE SEGURANÇA. TRANSPORTE DE MADEIRA COM DIVERGÊNCIA QUANTITATIVA. LIBERAÇÃO PARCIAL DE CARGA APREENDIDA. IMPOSSIBILIDADE. LICENÇA INVÁLIDA. RISCO AO SISTEMA DE CONTROLE AMBIENTAL. ATO ADMINISTRATIVO LEGÍTIMO. SEGURANÇA DENEGADA.**

**Fato:** Trata-se de mandado de segurança impetrado com o objetivo de obter a liberação parcial de carga de madeira apreendida por agentes ambientais em razão da constatação de divergência entre o volume transportado e o declarado nas respectivas guias florestais. A autoridade coatora fundamentou o ato administrativo no art. 47, §§ 2º e 3º, do Decreto Federal n.º 6.514/2008, que qualifica como inválida a licença que não corresponda fielmente à carga transportada.

No caso, o auto de infração foi lavrado após verificação de que parte do volume de madeira transportada excedia os limites autorizados. A carga foi integralmente apreendida, nos termos do regulamento, e instaurado processo administrativo ambiental (id xxx). A sentença concedeu parcialmente a segurança para liberar a parte da carga compatível com a autorização apresentada (id xxx), entendimento este ora submetido a reexame necessário (ou recurso voluntário, conforme o caso).

Os autos foram remetidos a esta Procuradoria de Justiça Especializada para manifestação.

---

**Direito:** O Decreto Federal n.º 6.514/2008, qualifica como licença válida “*aquela cuja autenticidade seja confirmada pelos sistemas de controle eletrônico oficiais, inclusive no que diz respeito à quantidade e espécie autorizada para transporte e armazenamento*”, e determina a autuação do volume integral da carga que tenha sido identificada a divergência (§§ 2º e 3º, do art. 47).

Portanto, não se admite a cisão da carga entre o que seria “regular” e o “irregular”, uma vez que o vício compromete a integridade documental e inviabiliza a separação do produto como se houvesse parte lícita. Tal interpretação é essencial para garantir a eficácia dos mecanismos de controle, rastreamento e repressão ao comércio ilegal de madeira, cujos impactos vão além da infração isolada, afetando toda a cadeia produtiva e a credibilidade dos sistemas oficiais de licenciamento.

A autorização parcial da carga compromete o sistema de rastreabilidade ambiental e favorece condutas reiteradas de aproveitamento fraudulento de documentos ambientais, sendo medida incompatível com o princípio da precaução, que rege o direito ambiental.

**Tese:** A liberação parcial de carga de madeira apreendida com divergência quantitativa em relação à licença apresentada não encontra amparo legal, pois viola o comando do art. 47 do Decreto n.º 6.514/2008, compromete a integridade dos sistemas de controle ambiental e enfraquece a repressão ao comércio ilegal de produtos florestais. A segurança deve ser denegada.

**Fundamentação:** A atuação da Administração Pública na fiscalização ambiental, especialmente no que se refere ao controle de transporte e comércio de produtos florestais, é regida por presunções de legalidade e veracidade dos atos administrativos. A apreensão da carga irregular visa impedir que condutas lesivas se perpetuem e comprometam a eficácia da política ambiental, sendo medida de polícia administrativa necessária.

A licença florestal que contém divergência de volume não pode ser considerada parcialmente válida. A existência de excesso descaracteriza a regularidade do ato, tornando o documento inválido para os fins de transporte e acobertamento do material.

Admitir a liberação da carga sob alegação de parcial compatibilidade documental equivaleria a admitir a utilização de documentos falsos ou inconsistentes como base para fracionamento da repressão ambiental, o que contraria a lógica do ordenamento jurídico ambiental brasileiro, que prioriza a tutela preventiva e rigorosa dos recursos naturais.

Registra-se, por oportuno, que o E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso possui o mesmo entendimento demonstrado, consoante vislumbrado da decisão abaixo colacionada:

REMESSA NECESSÁRIA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANOS AMBIENTAIS – COMERCIALIZAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE MADEIRA EM DESCOMPASSO COM O SISTEMA SISFLORA CC-SEMA – VIOLAÇÃO AO ART. 46, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 9.605/98 – SUSPENSÃO DO REGISTRO DA REQUERIDA JUNTO AO CC-SEMA E O BLOQUEIO DE MOVIMENTAÇÃO NO SISFLORA - DANO AMBIENTAL CONFIGURADO – DEVER DE INDENIZAR OCORRENTE – SENTENÇA RETIFICADA.

Em que pese, de fato, não haver fraude nas informações dos créditos florestais, o órgão ambiental constatou que a requerida, devidamente cadastrada no CC-SEMA, vendeu e manteve em depósito madeira proveniente de exploração ilícita, o que ocasionou a incompatibilidade do estoque declarado com o estoque mantido no estabelecimento autuado.

Portanto, se faz coerente a suspensão do registro da requerida junto ao CC-SEMA e o bloqueio de movimentação no SISFLORA.

Apesar dos fundamentos utilizados pelo Magistrado a quo na sentença examinada, e o conjunto probatório dos autos, restou evidenciada a ilicitude da conduta da requerida em manter em depósito e comercializar madeira serrada sem licença válida, sendo os ilícitos ambientais cometidos passíveis de responsabilização civil.

(N.U 0003155-28.2010.8.11.0018, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PÚBLICO, GILBERTO LOPES BUSSIKI, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Julgado em 18/11/2020, Publicado no DJE 25/11/2020)

APELAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – MEIO AMBIENTE – TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE – VOLUMETRIA – DIVERGÊNCIA ENTRE O PRODUTO TRANSPORTADO E A QUANTIDADE CONSTANTE NA GUIA FLORESTAL – ARTIGOS 70 e 46, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DA LEI Nº 9.605/98 – DANO AMBIENTAL CONFIGURADO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO.

O transporte de madeira em quantia superior à volumetria constante na Guia Florestal e Nota Fiscal correspondente, ou seja, sem a devida

autorização do órgão ambiental, configura-se crime ambiental, previsto no artigo 46, parágrafo único, da Lei 9.605/98, sujeitando o infrator ao pagamento da indenização pelos danos causados ao meio ambiente, além de responder pelas sanções penais e administrativas, nos termos do artigo 225 da Constituição Federal.

(N.U. 0001980-68.2015.8.11.0003, ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 27/11/2018, Publicado no DJE 05/12/2018)

Consigna-se, portanto, que **a temática em tela envolve não apenas o descumprimento das formalidades exigidas para a comercialização do produto vegetal, mas sim uma prática que envolve toda a cadeia produtiva da madeira**, isto é, **desmatamento ilegal**, sem autorização do órgão ambiental competente, **desflorestamento em áreas proibidas**, tais como áreas de preservação permanente e de reserva legal, **trabalhos em condições degradantes**, dentre inúmeros outros.

Por isso, a necessidade de sua regularidade, para que outros ilícitos ambientais não sejam “acobertados” por um aparente problema burocrático **PARECER:** Pela denegação da segurança, com o reconhecimento da validade do auto de infração ambiental e da apreensão da totalidade da carga de madeira transportada com documentação incompatível, nos termos do art. 47, §§ 2º e 3º, do Decreto n.º 6.514/2008. A conduta infracional é grave e compromete a eficácia do sistema de controle florestal, justificando a manutenção da sanção administrativa imposta.

**PARECER:** Pela denegação da segurança, com o reconhecimento da validade do auto de infração ambiental e da apreensão da totalidade da carga de madeira transportada com documentação incompatível, nos termos do art. 47, §§ 2º e 3º, do Decreto n.º 6.514/2008. A conduta infracional é grave e compromete a eficácia do sistema de controle florestal, justificando a manutenção da sanção administrativa imposta.